Fernando Henrique: esta semana,

16 JAN 1995

Congresso tenta

obter votos para

esvaziar agenda

JORNAL DE BRASÍLIA

Depois de negociação complicada com o Senado, que obstruiu os projetos de interesse do Executivo para proteger o senador Humberto Lucena (PMDB-PB) da cassação, o governo Fernando Henrique Cardoso enfrenta agora uma semana de grandes batalhas na Câmara. Está nas mãos dos deputados uma agenda que inclui desde o salário do Presidente da República e seu vice, a pensão vitalícia para ex-presidente, passando pelo aumento do salário mínimo. A pauta de votações não deixará de fora o polêmico projeto de anistia aos condenados pela lei eleitoral em 1994, no qual se inclui o presidente do Congresso, Humberto Lucena.

Envolvidas com a disputa pelo comando do Legislativo, as lideranças da Câmara ainda não se mobilizaram para fechar um acordo em torno de todas essas propostas. A última semana foi marcada por reuniões que tiveram o objetivo de construir o entendimento em torno da candidatura do pefelista Luís Eduardo Magalhães para presidir a Câmara.

O projeto que aumenta a remuneração do alto escalão do Executivo, Legislativo e Judiciário já está definido. O salário do presidente Fernando Henrique subirá dos atuais R\$ 3.400,00 para R\$ 9 mil, o vice Marco Maciel e os ministros saltarão de R\$ 3.138,00 para R\$ 8.500,00. Os deputados e ministros de Tribunais ficariam com R\$ 8 mil. Este projeto está na pauta de amanhã, mas será difícil votá-lo. O PT do deputado Paulo Paim (RS) promete juntar-se ao PDT, PC do B e PPS para obstruir a pauta até o novo mínimo, de US\$ 100,00, que o Governo não aceita, seja votado. No Senado, a pauta da semana também é grande. Estão ali o projeto que fixa em 65% da arrecadação as despesas com o funcionalismo público federal e o que regulamenta a concessão de serviços públicos.

A pauta das sessões do Congresso só será definida amanhã, mas já se sabe que 64 medidas provisórias se acumulam na fila de votação. Entre elas, está o pacote fiscal e tributário que precisa ser aprovado para que o aumento do Imposto de Renda das pessoas jurídicas entre em vigor este ano.